

Colecções e dispersão

João Luís Lisboa

A casa e o mundo discutem-se. Tal como Bimala não representa apenas a casa em oposição ao mundo do seu marido, Nikhil, na célebre novela de Rabindranath Tagore, *The home and the world* (1916), percebemos as múltiplas matizes e complexidade que esta aparente contradição comporta. A casa não é apenas o espaço exclusivo e o mundo é mais do que o espaço dos outros. Dentro e fora, vida privada e socialização, tradição e modernidade, sentimento e razão, nação e império, local e universal, o que é nosso e o que é de todos, o sentido de propriedade e o sentido de reconhecimento e de apropriação. A casa e o mundo contrapõem-se e complementam-se, e não existe uma sem o outro. Relembro Tagore também pelo papel que os seus textos tiveram em gerações de gente de cultura, no fomento de ideias de emancipação e de progresso, ao longo do século XX, em todo o planeta.

A construção das bibliotecas, da sua ideia e dos seus conjuntos, faz parte desse processo. As grandes bibliotecas, entendidas como reserva de todo o saber da humanidade, são casa e são mundo, espaços concretos e convergência do saber universal, porventura virtual, aspiração de sempre.

O mundo não será sempre todo o mundo, nem toda a gente, mas permitam-me que use este binómio, mudando assim um pouco o segundo termo do título “Da minha casa para todos”, de modo a desenvolver algumas reflexões, que exporei em 6 pontos. Abro assim, desde já, o meu jogo.

1. A relação entre a casa e o mundo não equivale à relação entre o privado e o público. A casa não é sempre uma expressão de individualidade, mas de comunidade mais circunscrita, enquanto os mundos de que se compõe o mundo não pressupõem sempre as relações de reciprocidade e de equidade presentes na noção de público nos últimos duzentos anos.
2. O modo como se transformaram os pesos relativos de uma e de outro não tem apenas um sentido. Constrói-se o mundo construindo a casa, e há um caminho do mundo para a casa, caminho que leva ulteriormente a revalorizar o mundo. Ou seja, embora pensando em grandes bibliotecas “do mundo”, temos de olhar para o caminho percorrido pela casa, realizando-se enquanto espaço dos livros, antes de se chegar aos projectos das grandes bibliotecas públicas, e mesmo quando estas existem, como apropriação/atenção diferenciada, plural e constante da vida dos livros, dos editores, dos livreiros, dos autores. Sem casas para os livros, desapareceriam todos.

3. Na casa, como no mundo, é central a ideia de colecção, as suas fronteiras, os seus critérios, os seus objectivos. Falamos de conjunto, de fundo, de património, com os diversos sentidos que estas palavras têm. No mundo pode haver a ilusão do “tudo”, sem limites, e portanto também sem rumo. A colecção compõe-se de peças. De livros, no que nos diz respeito. Essas peças são de natureza diversa, mesmo entre os livros, mesmo assumindo que nos entendemos quando falamos de livro. Há as únicas, há as raras, há as relevantes (por algum motivo) e há tudo o resto que se conserva e mantém porque é parte do amplo conjunto de tudo o que foi produzido.
4. A colecção, bem como quem a constitui, tem um perfil, moventes, traços que permitem o sentido do que se acrescenta ou do que se completa, com funções diversas, tanto no que respeita os acervos públicos como os das casas, entre preservação e batalha, entre utilidade imediata e espaço de prazer. Reconhecer o lugar que os acervos nas casas foram tendo e têm ainda para a afirmação da cultura escrita é também conhecer gente, gostos, práticas. O retrato de uma casa ajuda a perceber um pouco da realidade onde ela existiu. O seu recheio é, assim, mais do que recurso para colecções maiores, um objecto relevante de conhecimento.
5. Na casa também, mas sobretudo no mundo, é fundamental articular o físico e o virtual, sendo que o primeiro nível é o das peças concretas, os livros que se conservam e que, juntos, fazem um determinado sentido, e o segundo nível é o dos elencos possíveis, os inventários do que se ambiciona ou se entende como parte de um vasto conjunto, tantas vezes impossível de reunir fisicamente, mas que se assume como existente. Esta articulação teve origem muito antes da revolução digital, e antes até do impresso, significando que uma comunidade reconhece o seu património textual, e insere nesse património os elementos que identifica, estejam ou não presentes materialmente.
6. Ao colocar estas questões, sublinho a sua vertente crítica, nas duas dimensões de compreender a complexidade daquilo de que falamos, sobretudo no tempo, e de agir sobre a realidade de cada momento, numa perspectiva de presente e de urgência, e não apenas porque se prepara um futuro (mais ou menos) longínquo. O historiador e o bibliotecário preocupam-se com ambas as perspectivas. Não há separação entre aquele que entende e aquele que arruma. Ambos criticam e decidem, respondendo à consciência de cidadania.

A discussão destes temas afirmando uma atitude crítica parece-me muito oportuna e vem no seguimento de décadas de reflexão e de acção. Quero aqui prestar a minha homenagem a todos os que, por esse mundo fora têm contribuído para este trabalho. Referindo em concreto o Brasil, quero saudar os agentes das políticas que, desde o início do século XXI, neste campo, contribuíram para o progresso cultural e para a inclusão social, para

a apropriação colectiva do património literário e científico universal, como perspectivas indissociáveis.

1. Devemos assumir a noção de casa como problema. Qual a distinção entre o que é do mundo e o que é das grandes casas? As casas dos reis, desde logo?

Em 1563, o Duque de Bragança D. Teodósio juntava uma colecção admirável para o seu tempo, colecção de que se fez um inventário com cerca de 1600 entradas, abarcando matérias várias. Um acervo excepcional, longe das grandes capitais, testemunhava o interesse de um grande do reino pelos livros e pelos estudos. Perante este tipo de documentos, surge sempre a dúvida sobre o que o senhor lia e qual o papel de tanto livro na sua casa. A singularidade da biblioteca tem de ser entendida no seu tempo.¹

Grandes acervos existiam em algumas instituições religiosas, que os conservavam para uso próprio ou abriam a algum leitor curioso que lhes fosse bater à porta. Mas os grandes senhores no século XVI tinham normalmente outras prioridades e, mesmo do ponto de vista social, as letras não eram elemento que enobrecesse o perfil de um senhor, ou de uma família. O *topos* da oposição entre a espada e a pena ainda pesava mais do lado do ferro do que do lado do papel e do pergaminho. Por outro lado, a aspiração à virtude e à busca da espiritualidade eram satisfeitas em poucos volumes que se podiam usar repetidamente, sem terem de formar um conjunto assinalável.

A quantidade e a variedade são, pois, estranhas, fora de uma biblioteca monástica. E mesmo considerando os dados sobre os livros dos reis, neste tempo, a dimensão é incomparável, tendo em conta que, de um lado temos conjuntos de dezenas de livros e, do outro, o milhar e meio daquela de que falamos. O que seja a biblioteca de uma casa real no século XVI pode ser entendido pelas listas que sobreviveram, mas também pelo seu destino. A biblioteca de D. Manuel, a maior até ao seu tempo, tinha mais de 100 títulos. Dela diz o cronista Gaspar Correia que “per sua morte ficaram livros tantos que todos seus filhos ficaram cheios deles”.² E, no entanto, é bem modesta a lista que nos chegou do seu filho, o rei D. João III, com poucas dezenas de livros essencialmente de espiritualidade. Também Dona Leonor, a viúva de D. João II e irmã de D. Manuel, é conhecida como mulher de cultura e de livros, que mandou traduzir, copiar e publicar. Um legado parcial que faz ao Convento da Madre de Deus inclui 82 livros, entre os quais não se conta o conhecido *Vita Christi*, de 1495, que ela própria mandara publicar.³

1 Esta documentação foi a base do projecto de investigação “De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I”, PTDC/EAT-HAT/098461/2008, coordenado por Jessica Hellett, no CHAM, UNL, Univ. Açores.

2 Buescu, 2016, p.56.

3 Buescu, 2016, p.59.

Ana Isabel Buescu compara estas e outras bibliotecas europeias do tempo, ou pouco anteriores, onde dois elementos se repetem: poucas dezenas ou poucas centenas de livros que, regra geral, se dispersam por morte dos seus proprietários.

Face a este cenário, como encarar a colecção de D. Teodósio? Sendo inegável a importância que conferia aos livros, o seu conjunto não corresponde a escolhas puramente individuais ou familiares. Não se trata de gostos pessoais de leitura, mas de um fundo adequado ao desenvolvimento dos estudos no Reino. Em vez dos pequenos conjuntos de obras de devoção e de crónicas que se arrumavam nas estantes dos palácios reais nessa altura, D. Teodósio possuía livros dos géneros necessários aos estudos gerais, com destaque evidente para a Teologia, mas também com lugar para a Medicina, o Direito, a História, em particular os autores clássicos, Oratória e Gramática, a Filosofia, a Matemática, a Arquitectura... Os seus livros são os da sua casa, mas são também os de um projecto gorado de universidade em Vila Viçosa, extensão da importância da casa. A casa afirma-se pela promoção dos estudos e de uma biblioteca, virada para o Reino. Afirma-se ainda mais quando, pelos dados disponíveis, a própria universidade de Coimbra tinha um fundo muito mais reduzido, com cerca de 340 títulos, em finais desse mesmo século.⁴

Quando pretendemos saber que destino terá sido o desse grande acervo, entendemos a relação permanente entre colecção e dispersão. Como no caso dos reis mencionados, após cuja morte os livros partiram em várias direcções, espalhados por familiares ou por instituições religiosas, não existe sinal da localização dos livros de D. Teodósio. Admitimos que não foram todos engolidos por calamidades da natureza, a mais importante das quais, no que diz respeito a livros, foi o terramoto de 1755. Lembremos o cuidado colocado por António Pereira de Figueiredo, em cima do acontecimento, a enumerar as riquezas bibliográficas perdidas nos vários palácios em ruínas, a do rei, a do duque de Lafões, do Marquês do Lourçal, do Conde de Vimieiro, além das bibliotecas das comunidades religiosas.⁵

O principal motivo de dispersão, no entanto, relaciona-se com as dinâmicas próprias das casas, as mudanças, as partilhas por morte, as doações, a alienação de bens. Se, em França e em Inglaterra, desde o século XV as bibliotecas reais começam a ganhar uma dimensão institucional e a estabilizar-se, esse é um processo longo em que a casa do rei se vai separando das casas senhoriais, sendo o livro elemento de distinção.

Já no século XVIII, quando a importância social do livro está consagrada, e a estabilidade e crescimento das grandes bibliotecas é um valor reconhecido, vemos como a colecção e a dispersão continuam associadas, também na relação entre a casa e o mundo. E vemos como as casas se fazem e se

4 Buescu, 2016, p.71.

5 Figueiredo, 1756, p.16.

desfazem, arrumando-se ou começando novos acervos. Entre os principais exemplos temos os das grandes bibliotecas joaninas. D. João V ficará para sempre associado a duas grandes bibliotecas, a da Universidade de Coimbra e a do Palácio de Mafra e, numa escala mais reduzida, também à do seu próprio palácio. Ao fazê-lo, mostra a importância política que confere à colecção e disponibilização do saber, incluindo na sua dimensão arquitectónica e visual, autonomizando-se o que é do domínio privado do rei do que é do domínio da Coroa e das instituições a ela ligadas. Mas para o fazer, depende da natureza necessariamente dispersiva do comércio livreiro. Tem recursos e aplica-os a resgatar livros que estavam a sair de bibliotecas que se desfaziam nessa primeira metade do século XVIII. Um projecto, sediado na Biblioteca de Mafra, dirigido por Tiago C.P dos Reis Miranda, procura estudar precisamente a proveniência dos livros desta colecção.

Outro caso exemplar é o de Frei Manuel do Cenáculo, meio século mais tarde. Temo-lo como grande contribuinte para a formação de diversas bibliotecas, entretanto tornadas públicas, a de Beja, a de Évora, a da Academia das Ciências, além da própria primeira biblioteca pública da Corte. Mas esse facto pode levar a esquecer que os seus projectos, cuja dimensão de intervenção cultural e doutrinária eram explícitos, estavam associados à sua dimensão de bibliófilo para quem não é sempre clara a distinção entre o que são livros adquiridos pessoalmente e aqueles destinados às bibliotecas institucionais para que contribuiu, ou os que mudam de destino.

Ainda no que respeita à relação entre casa e mundo e como a colecção e a dispersão estão associadas, o destino das bibliotecas religiosas, grandes ou pequenas, é exemplar. Os modos que levaram ao seu acrescentamento, para além de dependerem das opções e recursos de cada ordem, incluíram a cópia, a compra, a doação e a herança. Ou seja, eram bibliotecas que cresciam pelas suas próprias opções e trabalho, mas também pelo inevitável fenómeno de dispersão de outras casas. Em seguida, elas próprias sofrem os abalos de que se alimentavam. Ainda no século XVIII muitos milhares de exemplares das bibliotecas jesuítas foram redistribuídos. Depois, o mesmo acontece com todas as outras bibliotecas monásticas durante o período liberal. Partindo de um carácter de casa com uso parcialmente público, transformavam-se, justamente por um processo de dissolução e dispersão, nos núcleos patrimoniais mais significativos das grandes bibliotecas públicas desde o século XIX.

2. Existem situações diferentes no modo como se relaciona o que é da casa e o que é do mundo, assumindo que palavras como público e privado são enganosas. E temos um processo em que as casas crescem, a par de uma dimensão pública do acesso ao livro, antes de podermos falar de bibliotecas públicas, ou do acesso de todos ao livro. Entre os séculos XVI e XIX é manifesto um movimento que reforça a casa como lugar do livro. São dois os factores desta evolução. O mais visível é a multiplicação dos exemplares, possibilitada pela imprensa, questão que retomaremos

adiante. Outro factor é a transformação social que valoriza essa entrada do livro nas casas. O prestígio do livro já justificava nalgumas bibliotecas religiosas, havia vários séculos, a vontade de acrescentar, de tornar maior a colecção. A partir do século XVI, esse elemento também vai valer para o estatuto das casas senhoriais ou burguesas. Mas o essencial está na forma como a cultura escrita se torna indispensável para muitas actividades, o modo como a quantidade de informação obriga a consultas frequentes, como o acesso directo aos textos ganha o quotidiano feito até aí de mediações e de vozes. Os livros, sempre associados a formação especializada, e sempre presentes nas casas de médicos, juristas e teólogos, ultrapassam barreiras e normalizam-se.

Mesmo dentro de cada profissão, deixam de estar confinados ao estritamente necessário e ao socialmente obrigatório. Os médicos, por exemplo, desde sempre entre aqueles que possuíam livros em casa, teorizam e justificam essa atitude. No século XVII, Rodrigo de Castro escreve que, para além do que se tinha de conhecer de memória (que corresponde ao fundo tradicional do saber), o médico precisava de dois tipos de livros. Precisava dos livros especializados e de consulta constante, não passíveis de memorizar mas não podia ignorar a vastidão de textos em todos os domínios e que fariam dele um profissional sensível e informado, mais apto a entender os males que tem de tratar. Tinha de os ter lido, e tinha de os conservar.⁶

Esta abertura corresponde ao lugar que o livro passa a ocupar entre as elites, mesmo que nem todos os valorizem do mesmo modo. Certamente um boticário tem livros diferentes dos do teólogo, ou dos do diplomata. Vemos essa diferença representada nos catálogos que chegaram até nós, mesmo descontando as idiosincrasias pessoais, mais visíveis em colecções numerosas. A regra é de que o livro, conquanto continue a ser um objecto valioso, deixou de ser uma raridade classificável ao lado das jóias e das tapeçarias. Ganhou foros de normalidade ou mesmo de necessidade. As novas fronteiras de distinção, neste campo, estavam nas preciosidades que eventualmente sobressaiam, certos manuscrito, certas encadernações, e já não o simples facto de haver livros em casa.

As colecções privadas são, a partir do século XVI, um índice de penetração da cultura escrita, e da sua importância social. Grandes e pequenas colecções dão testemunho desse facto, embora de modo diferente. Outras distinções são as que resultam de conjuntos formados em ambientes socialmente distintos. Mas o conjunto destas colecções e o simples facto de elas existirem, eventualmente de competirem entre si, transformara o lugar do livro no quotidiano. O que era da ordem do ouvido passa a ser da ordem da leitura. O que era da ordem do acesso excepcional passa a estar quotidianamente ao alcance de uma grande parte das elites sociais na Europa moderna. O que não

6 Castro, 2011.

distingua as pessoas senão em pequenas margens, passa a ser uma forma de distinção e mesmo crescentemente de exclusão.

Não ter livros, ou não saber ler, passa progressivamente a ser um problema e um campo de luta. Se o livro exclui, também pode ser terreno de mobilidade social. Ter ou não ter acesso a livros é campo de batalha sobretudo desde o século XIX, por duas vias: a da sua disponibilização em espaços públicos e a da sua disponibilização comercial em condições vantajosas. Ou seja, juntam-se interesses comerciais e sociais na entrada dos livros em casa.

Ao mesmo tempo, o livro também cresce como instrumento de prazer. Sê-lo-á cada vez mais, trazendo sempre incomodidade, conflito, desconfiança. A zanga dos escritores do século XIX contra os romances baratos que criadas, soldados ou lojistas compravam (ou seja, liam em casa), tem antecedentes ilustres.⁷

Alguns desses antecedentes são do início da própria tipografia, quando se erguem vozes contra os maus livros que se multiplicam e, ao mesmo tempo, contra a realidade tremenda que era o facto de “todos” poderem gastar dinheiro em livros mais baratos. Esse “todos” repetir-se-á de cada vez que se nota o crescimento dos conjuntos de leitores, e a dessacralização da leitura, cada vez que o livro entra em casa das pessoas. Sabemos bem que esse “toda a gente” não existe. É expressão do medo de se perder autoridade, exclusividade. Veja-se este exemplo, retirado de uma exposição de 1473 ao Doge de Veneza:

Graças aos livros impressos, os jovens delicados e as meninas inocentes aprendem o que quer que corrompa a pureza da mente e da carne, imaculada sem o fétido pecado. Os impressores ensinam a luxúria com a qual devoram grandes fortunas. Oh Deus! Oh misericórdia! Oh Santa fé digna de veneração! O que fazeis, oh nobres senhores! Fazem falta os vossos esforços. Enquanto for mais apreciado o doce do que o honesto, multiplica sem vergonha tudo o que move Vénus. Por preços muito reduzidos imprimem o que cada um acumula em abundância para si próprio, e assim, até os asnos se põem a estudar. Os impressores engorgitam vinho, ressonam sepultados pelo luxo, zombam. O itálico está nos estábulos. É forçada ao exílio a nobre arte dos copistas que nunca conheceram qualquer outra actividade senão a de escrever bem (tradução nossa).⁸

A par do crescimento de colecções institucionais, o que marca estes séculos é a entrada dos livros nas casas, a formação de conjuntos pessoais ou familiares, pequenos ou grandes. Ou seja, o movimento mais relevante não vai da casa para o mundo, mas do mundo para a casa. E, se alguns têm colecções de nota, com exemplares importantes, há também um sentido no espalhar dos livros pelas casas, mesmo na banalidade dos exemplares.

7 Ver, por exemplo, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz em *As farpas, Lisboa, Typ.Universal, Maio 1871*, p.30. e Camilo Castelo Branco em *Revista Universal Lisbonense*, n. 44, agosto de 1842, p. 523.

8 Stampa Meretrix, 2011, p. 49 e 51.

Trata-se de uma evolução sublinhada pelo famoso paradoxo do modo como Kant enunciava a sua concepção de “espaço público” ou, procurando os seus próprios termos, o “uso público da razão”.⁹ O assumir do uso público da razão depende dos indivíduos enquanto indivíduos, através de instrumentos e de espaços que são os da sua existência privada, nitidamente separadas das suas obrigações públicas (entendidas como situações particulares, e portanto privadas). O público que emerge resulta da afirmação de casas e de órgãos privados. O que é do Estado, das instituições religiosas ou militares, é colocado por Kant, por paradoxal que possa parecer, no domínio do privado na medida em que o indivíduo nessas circunstâncias deve respeitar obrigações específicas e não pode falar com todo o mundo. O que nasce na sua casa ou entre cidadãos livres permite a universalidade que corresponde à noção de público, em Kant. Dir-me-ão que isto seja apenas uma questão de léxico. Mas o motivo que me leva a falar destas ideias é que a socialização burguesa na Europa, que importa a Kant como espaço de discussão de ideias, nasce de baixo para cima. Nasce das casas, onde passou a haver livros e onde estão os cidadãos que escrevem para “todas as pessoas”, em jornais e revistas que não pertencem a nenhuma instituição estatal ou religiosa.

Com a casa, cresce o uso, o acesso à informação e ao saber partilhado, o deleite, mas também a afirmação de estatuto do livro (e dos jornais), e a sua assunção como instrumento de mobilidade social. Aquele objecto (livro) faz ou não faz parte do meu (nosso) quotidiano, das minhas (nossas) necessidades, da minha (nossa) paisagem vital? Ou é repositório de informação que estará disponível em dispositivos ao nosso alcance? Esta a distância que separa a casa e o mundo, até há poucas centenas de anos.

3. Regresso à questão antes enunciada, onde se interroga o modo como o advento da imprensa e a transformação dos livros em séries alteram a relação entre a casa e o mundo. Ou melhor, como permitem que o livro entre nas casas. Há aqui um factor quantitativo evidente. Mas esse factor está associado a aspectos qualitativos, de concepção e de prática, e não apenas enquanto consequência.

As colecções de dezenas de títulos como a da Rainha Dona Leonor ainda eram compostas em grande medida por manuscritos. E os manuscritos, mesmo reproduzindo textos conhecidos, são sempre peças únicas. A imprensa vem alterar as possibilidades de acesso aos textos, mas também a concepção das peças que deixam de ser únicas. Passam a ser exemplares que se repetem. Porventura para aqueles que tinham manuscritos até ao século XV, esses livros eram sobretudo os textos depositados, os mesmos textos, ainda que com diferenças, que circulavam noutras cópias.

A raridade de cada cópia desloca o valor do texto para o objecto. Ao contrário da voz, que reproduz textos decorados, alterando-os, mas sempre disponível, a cópia manuscrita mantém um estatuto de preciosidade, estatuto

9 Kant, 1784.

acrescentado quando a cópia é encomendada para produzir um efeito de tesouro, quando a produção do exemplar é cultivada, quando tem iluminuras, quando a encadernação é ela própria preciosa e contribui para arrumar um livro entre as jóias, nos inventários. O mesmo sucede com o livro impresso se nele existem notas manuscritas de alguém famoso onde se reconhece uma mão, um momento, porventura do próprio autor. Os elementos materiais reforçam uma característica que é já a do manuscrito. Um codex iluminado de um título que se copia repetidamente é único também como uma obra de arte.

A reproduzibilidade técnica, ao promover, como afirma Walter Benjamin, o afastamento da tradição, cria uma nova realidade cultural, pela multiplicação do que parece ser o mesmo, e pelo aparente despojar da sacralidade do objecto, aquilo a que chama a perda da sua aura. Banaliza-se o objecto e banaliza-se o acesso, democratizando-o. Produz-se um efeito em que um grande número pode chegar em simultâneo ao mesmo texto e, aparentemente, ao mesmo objecto, em bibliotecas públicas, em livrarias, em casa e, agora, nos ecrãs. A relação entre texto e suporte muda, na medida em que aquele, simultaneamente, se fixa e se liberta. Fixa-se porque, ao reproduzir-se, impõe uma versão. Liberta-se porque deixa de depender de um suporte específico. E torna-se mais dificilmente resistível.

Então porque é que a diferença de concepção não é apenas consequência do número? Porque a diferente necessidade, e também a diferente consciência da necessidade, forçam a mudança do que é tradição no que é apropriação, do que é excepcional no que é normal. Essa dessacralização não é um acaso, mas um resultado, já contido nas condições que levam à existência da série.

No colecionador, essa diferença também tem consequências, uma vez que é bem diverso procurar o que é único ou muito raro, e o que é um exemplar de uma série. A personagem ficcionada por Susan Sontag em *O amante do Vulcão*, William Hamilton, representante britânico em Nápoles em finais do século XVIII, expressa esse dilema.

As grandes colecções são vastas, não completas. Incompletas: motivadas pelo desejo de completamento. Há sempre algo mais. E ainda que tenhamos tudo - seja o que for -, haveríamos de querer uma cópia mais perfeita (versão, edição) daquilo que possuímos; ou sendo objectos produzidos em série (cerâmica, livros, artefactos), simplesmente uma outra cópia, para o caso da que possuímos se perder ou partir ou se estragar. Uma cópia sobresselente. Uma colecção sombra.¹⁰

As obsessões do colecionador oscilam entre aquilo que junta e aquilo que deve alienar, ou que perde. Trata-se quase de um jogo que faz e desfaz os limites do que colecciona, sem fronteiras predeterminadas. Aquilo de que se desfaz (dolorosamente) permite, pelo rendimento obtido, a recomposição

10 Sontag, 1998, p.83.

do conjunto. Esta atitude leva-nos a pensar em grandes colecionadores que oscilam entre o conjunto e a peça, sendo que o conjunto tem, em todo o caso, um perfil. A brasileira de José Mindlin é um exemplo onde se privilegia a pertença a um conjunto, ainda que tenha peças únicas. E há aqueles que sofrem pela peça, desfazendo e refazendo a colecção, ao sabor do que podem acrescentar e do que têm de trocar, como acontecia com Pina Martins, que relata encontros e desencontros com raridades quatrocentistas e quinhentistas, num processo de apuramento incessante, onde a perda e a aquisição são deliberadas. Deste esforço resulta hoje um rico fundo documental renascentista adquirido por um banco, entretanto desgraçado em tempo de volatilidade financeira. Mas a colecção lá está, com as suas edições aldinhas, as suas utopias... agora aparentemente mais estável e resistindo à dispersão.

Quando a colecção procura os textos, a qualidade da edição certamente conta, mas o seu suporte pode não ser o que interessa ao colecionador. Quem procura tem muitas opções. Mas quando se pretende uma peça rara ou única, a atitude é mais restritiva. É a unicidade de um objecto que conta. Isso leva a que a relação que cada peça estabelece com as outras seja variável (e daí também os perfis constituídos, os dos conjuntos e os dos de quem os formou). A ideia de colecção completa muda, conhecendo-se bem as fronteiras do possível, ainda que dificilmente acessível. A raridade é valor independente do valor estético ou histórico de um livro.

O colecionador privado e a instituição têm posicionamentos diferentes perante o único e o múltiplo, mas com pontos comuns e em grande medida convergentes. Casas e mundos definem, destinam e distinguem. Como a casa, o mundo escolhe. Não acumula indiscriminadamente, embora em escalas diversas. Hoje é pacífica a prioridade de instituições na aquisição e preservação de exemplares escolhidos, raros ou únicos. Essa prioridade beneficia, ela própria, na maior parte das vezes, de fenómenos de dispersão. Casos como os das Biblioteca Mindlin ou Pina Martins são mais raros do que os exemplares que conservaram.

Edições originais, como a da *Bíblia* das 42 linhas, de Gutenberg, os *Lusíadas* de Camões, ou o *First Folio*, de Shakespeare, não são raras, ainda que muito valiosas. Mas são também obras abundantemente reproduzidas, como o conjunto de títulos que, em cada comunidade, se considera o património textual básico. Falamos, então, de colecções completamente diferentes. Aquelas que, públicas ou privadas, consideram dever incluir (e proporcionar), um conjunto de títulos indispensáveis, procura a edição de qualidade no sentido do trabalho sobre texto e informação. Mas não se atém a critérios de preciosidade material e, em caso de faltas, recorre-se às edições disponíveis no mercado. A reprodução está ao serviço de quem coleciona, sendo que aqui o sentido de colecção é amplo. Podemos estar a falar de uma biblioteca universitária que queira todas as obras disponíveis de Aristóteles, por exemplo.

Outra é a lógica da colecção das peças extraordinárias. A brasileira de Mindlin não replica o comportamento de uma grande universidade brasileira onde os mesmos textos, em edições correntes, poderão ser encontrados. Há uma dimensão patrimonial e, também aqui, instituições e particulares podem ser concorrentes e complementares. Já não falamos do património textual, mas do património material, que a comunidade entende dever preservar e para cujo efeito encarrega as bibliotecas nacionais ou algumas bibliotecas especializadas, mas que também reconhece em colecções particulares. Hoje, a relação entre uma e outras, que no limite podem significar a incorporação, depende sobretudo da informação, da classificação e das regras de acesso. As instituições devem ser zelosas, mas sem a inveja que se atribui ao coleccionador privado.

4. Grandes bibliotecas públicas e muitas bibliotecas privadas (pequenas e menos pequenas) cruzam-se sobretudo em incorporações, tantas vezes discretas, onde aquele que possuía um livro já desapareceu. Os casos de acervos com nome, não sendo raros, não são a regra. As grandes bibliotecas estão atentas a milhares de colecções que se desfazem e onde podem encontrar os exemplares que fazem falta. Mas a atenção à casa, mais uma vez, ultrapassa o interesse desses exemplares. Olhamos para cada casa, inventário ou colecção física, como quem olha para um retrato que tem significado.

Em 1993, aquando das negociações entre o estado e os herdeiros de Fernando Pessoa, discutiu-se a questão da sua biblioteca. O seu espólio, os seus manuscritos, eram assunto resolvido. Mas pretendia-se apurar se os livros que tinha conservado, tantos aparentemente banais, eram ou não do interesse público. A casa Fernando Pessoa, em Lisboa, possui hoje uma grande parte desses livros, sendo que estão identificados também os que se mantêm noutras mãos.¹¹ Claramente o que interessava não era os exemplares que não existiam nas bibliotecas públicas, embora esse seja um argumento presente. O que interessava era o que ficávamos a saber sobre a casa e a cabeça de um leitor muito especial.

Nas casas museu dedicadas a gente que a história consagrou, as bibliotecas são, como outras divisões, o quarto onde dormiam, a sala onde trabalhavam, ensaios de reprodução de algo que desapareceu. Na casa azul de Frida Kahlo, nacidade do México, ou no escritório do poeta Afonso Lopes Vieira, reconstruído no interior da biblioteca Municipal de Leiria, vemos os livros num ambiente recriado, que se pretende verosímil. Livros e salas dialogam com outros objectos e a institucionalização desses espaços obedece a uma narrativa sobre os visados. O que se procura imortalizar é, além de um espaço, um momento dessa colecção, como se esse momento se tornasse perene. Na casa do exílio de Victor Hugo, em Guernsey, no segundo andar, existem algumas vitrinas concebidas pelo escritor para a sua biblioteca que hoje se

11 Disponível em: <<http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/index/bibParticular.htm>>.

pode visitar, mas não consultar, à excepção de alguns volumes que foram para a biblioteca da casa Museu em Paris. Trata-se de uma biblioteca de exílio, com muitos livros que lhe foram sendo enviados, e alguns que ele próprio levou ou adquiriu. Mais uma vez é um fragmento de vida.

Esses retratos não são muito diferentes dos que podem ser feitos em estudos impressos sobre as mesmas personagens, excepto que esses estudos, não podendo apresentar as peças físicas, podem em contrapartida, tornar mais complexo o retrato do leitor.

A musealização das casas é, ao mesmo tempo, mais atraente e mais difícil do que o trabalho sobre inventários. Partilha com estes o facto de fixar um momento, e de portanto não pretender ser toda uma vida. A maior estabilidade das grandes bibliotecas institucionais choca com a instabilidade inevitável das colecções particulares. Aquilo que, para as grandes instituições, são acontecimentos excepcionais, o terramoto de Lisboa, o bombardeamento de Dubrovnik, as cheias de Florença, a viagem transatlântica de uma colecção real, é a própria vida das casas.

“Que livros gostaríamos ou poderíamos levar connosco?” é uma pergunta que todos se fazem e a que alguns tiveram de responder. O caso dos livros de Walter Benjamin é, a vários títulos, exemplar. As suas considerações sobre a dessacralização da obra de arte são compatíveis com o seu espírito de coleccionador. Assumido bibliófilo, refere no que escreve as atribulações dos livros que tem e vai perdendo, entre deslocações voluntárias, forçadas, e outras contingências. Em 1923, a crise económica na Alemanha obriga-o a vender uma carta de Martinho Lutero. Em 1929 é o divórcio que provoca novas separações, em particular os seus amados livros infantis que viajaram para Itália, para Inglaterra, antes de serem comprados, no fim do século por uma biblioteca universitária em Francoforte¹². Quanto às suas deslocações, Benjamin viaja com frequência, em virtude dos seus estudos, entre Berlim e Friburgo, Munique, Berna e Francoforte, com estadias mais ou menos longas noutras cidades europeias, entre a Espanha e a União Soviética. Mas em 1933 terá de fugir para Paris, onde muda com frequência de casa e chega a ser detido. Nas vésperas da entrada das tropas alemãs na cidade, em Junho de 1940, tem de escapar de novo. Uma parte dos seus livros tinha viajado por outros caminhos, passando pela casa de Brecht na Dinamarca, antes de se juntarem temporariamente, em 1938, ao desolado coleccionador em Paris. Como se sabe, acabou por se suicidar em Portbou, na fronteira espanhola em Setembro de 1940. Não é certo o que aconteceu ao conjunto dos livros que lhe chegaram da Dinamarca, embora saibamos que a parte mais importante dos papéis, confiada a Georges Bataille, estava escondida na Biblioteca Nacional de Paris.

12 Benjamin, W. 2001, p. 9 e 10, 27-28.

A Biblioteca Nacional de Paris foi, durante esses anos, o lugar onde permaneceu de forma mais duradoira e, ironicamente, o lugar onde mais tempo iriam passar alguns dos seus papéis, os que não foram transportados para a Alemanha pelas tropas nazis, e não foram amontoadas conjuntamente com os livros de outros judeus deportados, perto da gare de Austerlitz, lugar actual da BNF. O que resulta deste relato é uma ideia fragmentada de colecção de que nenhum catálogo ou listagem poderia dar conta.

Dir-se-á, com razão, que esta é uma situação limite, mas quando dizemos que a instabilidade é a natureza das bibliotecas particulares pensamos em muitos outros exemplos, acessíveis em milhares de catálogos, sobretudo produzidos para leilões, mas também pelos possuidores das bibliotecas. E este é um exercício que se pode fazer com muitas colecções, independentemente de se conseguir localizar os livros, ao fim de anos ou de séculos. Um exercício desse tipo foi feito por Manuela Domingos para a biblioteca de José Pessanha, diplomata português do século XVIII, e por Fernanda Campos, para as bibliotecas religiosas de Lisboa. Confrontam-se vários catálogos com os exemplares que se podem identificar actualmente na Biblioteca Nacional de Portugal.

Estes catálogos são uma fonte muito abundante para as perguntas que podemos fazer, muito para além da mera listagem de existências. Testemunho de dispersão, em grandes dimensões, o catálogo também conserva a memória do que dissolve. Ironicamente, os leilões têm um papel semelhante ao das doações, que pretendem consagrar uma casa, um nome e evitar a dissolução de um fundo. Temos à nossa disposição muitas centenas de catálogos do século XIX e XX onde se apresentam conjuntos coerentes, prestes a desfazer-se. Casas onde se colecionava sobretudo Machado de Assis, ou sobretudo Camões, ou Bocage, ou Camilo Castelo Branco, o que eles escreveram e o que sobre cada um deles se escreveu, essas casas dissolvem-se alimentando outras bibliotecas onde essas mesmas obsessões já existem, e suprimindo ao mesmo tempo as falhas das grandes bibliotecas públicas. E o catálogo aí está para memória futura, onde o livro mostra práticas culturais, gostos, manias, parte jogo, parte fetiche, parte movimentações comerciais, em tempo de massificação.¹³

5. O catálogo de um leilão mostra-nos a casa como foi num dado momento e como no registo permanece. Esta é uma situação em que a casa se fixa como colecção virtual, no catálogo, e em outros dados que (re)constróem uma existência num tempo. Estuda-se casas, gente, a partir de indícios e constitui-se um quadro, porventura diferente do que as estantes conheceram, porque feita do cruzamento de informações extemporâneas. Outra situação é a de quem tem livros emprestados. A biblioteca virtual tem-nos como parte de um conjunto, mas não se pode saber quando regressam, ou sequer se regressam.

13 Sequeira, 1924, é exemplo desse jogo.

Mas as bibliotecas virtuais têm uma história antiga. A representação de um património textual está presente, por exemplo, nas narrativas homéricas, na colecção dos textos sagrados, nos ciclos do Graal. A noção da realidade de um conjunto textual, não materializado, verifica-se em diferentes tradições, desde a partilha oral ao reconhecimento de pertenças. Quando se diz “nós escrevemos”, esse “nós” identifica um conjunto de produtos escritos que provavelmente não estão imediatamente ao nosso alcance.

É do mundo que se trata, com fronteiras mais ou menos amplas. É todo o mundo que já está nos mitos gregos. É um mundo que se pretende abarcar mesmo quando a comunidade não tem as fronteiras do planeta. Nesse sentido, a Biblioteca Lusitana é mais restrita do que a mitologia antiga. Mas é de uma grande biblioteca virtual que se trata quando Diogo Barbosa Machado, em meados do século XVIII, procura reunir «todos os livros» que os portugueses alguma vez tinham escrito. Um século mais tarde, Inocêncio Francisco da Silva procura completar esse «todos os livros», não apenas estendendo o conjunto aos anos desse intervalo, mas identificando ausências, acrescentando informações.

Mas Inocêncio também retira elementos ao conjunto anterior. Lembremos que a Biblioteca de Barbosa Machado incluía manuscritos e impressos, e os manuscritos passam a contar apenas quando se trata de uma grande obra inédita. A biblioteca virtual do século XIX é uma biblioteca de livros impressos. E muitos pequenos folhetos perdem relevância, pela desgraça dos seus géneros. Ou seja, de uma biblioteca virtual para outra, passados cem anos, continua-se a colecção acrescentando e eliminando.

A ambição dos reinos, a partir do século XVII, é de passar essas bibliotecas sem muros para dentro dos palácios, conseguindo reunir, a partir de elencos acertados, o que eram os textos clássicos, os textos cristãos de referência, e acrescentando-lhes as novidades que ainda não faziam parte dessas bibliotecas virtuais. Já no tempo do grande comércio livreiro, a concepção de colecções por parte dos editores também parte da idealização de algo tido como real. As obras completas de tal ou tal autor, ou as obras básicas de tal ou tal assunto. Por exemplo, a “Biblioteca do povo e das escolas”, do editor David Corazzi, era um projecto, semelhante em vários outros países, onde se identificava leituras elementares a encomendar e promover. Uma biblioteca virtual na cabeça de um editor materializa-se em livrarias, quiosques e casas.

Com o advento da leitura digital, a situação muda radicalmente, e alarga-se a própria noção de virtual. Admito que possa haver alguns equívocos em torno do uso desta palavra, sobretudo hoje. Virtual não se opõe necessariamente a real. Significa potencial e reconhece a existência de algo que aparentemente ainda não se verificou ou não materializou. Se por virtual entendermos o que é da essência, então não deveríamos poder negar a sua realidade. Se por virtual entendermos o mundo das representações sem referente, da ficção, da simulação, então é de outra coisa que se trata.

Já quando falamos de biblioteca virtual para identificar o que é do digital, estamos a laborar em dois sentidos muito diversos. Um é aquele que concebe que os livros digitais não têm suporte. Outro é o que considera que o que está disponível digitalmente é acessível e rearruma-se potencialmente em função das ordens de quem pretende um determinado livro. Assumindo que os livros digitais também têm suporte material, não sendo puros espíritos ou textos idealizados, a questão mais interessante é a das possibilidades amplamente aumentadas de constituição de conjuntos textuais. No acesso à música a situação radicalizou-se porque, ao contrário dos livros, toda a música já obrigava a dispositivos de leitura. Daí a desmaterialização acelerada a que assistimos e o papel crescente de repositórios digitais. No limite, na música poderá deixar de haver casa, e passar a haver apenas mundo, a não ser em *playlists*. Excepto para quem canta e toca.

No caso do livro, as virtualidades do impresso justificam a sua resistência (notem o uso da palavra virtualidades). Não é preciso ter dotes literários para ter livros. Mas o mundo que se abre já há vários anos tem respostas para as casas e, sobretudo, para o mundo. São respostas imperfeitas ainda, por muitos motivos, desde logo a necessidade de dispositivos, mas também edições imperfeitas ou defeituosas, dispositivos incompatíveis ou rapidamente obsoletos, dificuldade de partilha.

As potencialidades do livro digital já estão a ser aproveitadas. No que diz respeito a cada um, pela portabilidade e arrumação de grandes massas textuais, e pelo acesso a textos inexistentes noutros suportes. Mas é sobretudo a dimensão pública da leitura que mais pode aproveitar e dar a aproveitar o mundo virtual, porque pode mais facilmente ultrapassar alguns dos seus problemas e porque corresponde ao seu perfil de disponibilização permanente mas precária. Ou seja, às questões que já se colocam de aumentar as possibilidades de acesso “de todos” a “todo” o património textual vão juntar-se outras, relativas à preservação de edições em suportes mais poderosos, mas mais precários do que os actuais.

Não basta disponibilizar textos. Como com o papel, é essencial compreender o quanto cada publicação digital responde a questões relativas ao rigor das edições, e à sua qualidade, tanto textual como material.

6. Chegamos, assim, ao último ponto, aquele em que distinguimos, na crítica, o que é do esforço de compreender, do que é da necessidade de agir. Uma coisa é entender as relações mutáveis entre casas e mundos, no que aos livros diz respeito, com fenómenos de agregação, crescimento e perda. Outra é retirar, dessa compreensão, conclusões que fundamentem seja a acção política, seja as opções das bibliotecas, seja as práticas sociais da leitura.

As perguntas a fazer abarcam realidades mutáveis, com a ambição de identificar linhas de evolução, dinâmicas sociais em que os livros se transformam e transformam quem os lê, como marcam distinções de estatuto nas elites, como representam espaço de conflito ideológico e instrumento de poder e de emancipação. Os inventários são abundantes, sobretudo para os dois últimos séculos. Os dos censores, os dos livreiros, os dos gabinetes de leitura, bem como os das casas propriamente ditas. E aqui, o esforço é de compreender os protagonistas e a cultura em que se inserem, as pessoas das casas que se perderam, como os livros das que se conservaram, porventura em novos enquadramentos institucionais, passando a responsabilidade da sua preservação e disponibilização para a comunidade.

Na maior parte dos casos, o estudo de bibliotecas particulares é apenas um aspecto, entre outros, a dever ser tratado, quando se quer saber algo sobre a gente que a constituiu e usou. Até pela dificuldade de certas respostas, quando não existem notas de leitura, servem-nos indícios, a partir de equilíbrios quantitativos, ou a partir de um sector específico do inventário, por vezes alguns poucos livros. Ou a ausência dos livros esperados. Por exemplo, o já referido interesse constante de Walter Benjamin pelo livro infantil justifica-se parcialmente pelos seus projectos de escrita, mas também por um determinado perfil de coleccionador.

Outras perguntas dirigem-se à relação entre bibliotecas, e não apenas à biblioteca tomada individualmente. Qual o papel de uma colecção quando uma parte significativa dos livros úteis ao trabalho de um dado intelectual estiveram sempre noutras bibliotecas? Daí se entender o quanto pode ser falível um retrato de uma pessoa a partir de um levantamento linear das suas estantes.

Podemos, assim, pensar estas perguntas a quatro níveis: um nível de formação intelectual, em que o inventário pode ser enganador, embora forneça informações; um nível dos conjuntos elementares de uma pequena ou média biblioteca; um nível do que pode ser extraordinário (existências singulares) num dado conjunto; e um nível de compreensão de um perfil de coleccionador, para cujo entendimento serve a prevenção das contingências e mutações que a colecção sofreu.

Noutro plano se coloca, como disse, a necessidade de acção. As escolhas políticas de cada comunidade têm uma base conceptual a partir da qual se define o que é o seu património, e como o salvar e promover. A comunidade tem poder sobre o seu património a partir do simples facto de que o determina. É a comunidade, com os seus órgãos, quem define os vários níveis de acção, desde a protecção do que necessita de ser protegido, até ao estímulo da leitura. Numa sociedade que não lê, algumas riquezas bibliográficas fechadas a sete chaves tornam-se irrelevantes. Não existe património sem usufruto, ou sem criação. Essa acção vai para além das bibliotecas, porque se relaciona com editoras, com livrarias, com a presença do livro no quotidiano das pessoas,

e também da escrita, a partilha, a todos os níveis, incluindo a música ou as redes sociais. Por absurdo, podíamos pensar que, se já se escreveu tanto, e não temos tempo de vida suficiente para ler tudo o que se escreveu, podíamos parar de escrever e gastar os próximos séculos apenas lendo. A verdade é que uma tal sociedade teria já morrido, e seria incapaz sequer de entender o que tinha à frente dos olhos.

Em segundo lugar, a acção está nas mãos das instituições e dos profissionais que fazem escolhas todos os dias. Que gerem acervos, que os multiplicam, que criam condições para que eles sejam procurados. Falo daqueles que, em diálogo com a comunidade em que se inserem, um bairro, uma escola, uma universidade, um acervo patrimonial, não se limitam a guardar as chaves dos armários, ou a trazer os livros às mesas onde os leitores os esperam. Definem programas, prioridades. Propõe projectos de musealização, de revitalização de espaços e de colecções. Transformam salas em espaços de entusiasmo. Saem das salas e ocupam o espaço público com os temas que os livros proporcionam.

E depois há todos os outros, os que escrevem, lêem, colecionam, discutem, inventam, os que se emocionam, os que sentem que essas colecções são suas, que as fazem viver, em casa ou nas grandes bibliotecas públicas, e que com as suas decisões, lendo, discutindo, colecionando, emprestando, fazem reviver textos que podem ter acabado de ser escritos ou podem ter milhares de anos.

Só desse modo esses textos fazem sentido.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Je déballe ma bibliothèque*. Paris : Rivages, 2001.
- BUESCU, Ana Isabel. *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.
- CAMPOS, Fernanda Guedes de. *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores em ambiente religioso (séc. XVIII)*. Lisboa : Caleidoscópio, 2015.
- CASTRO, Rodrigo de. *O médico político ou tratado sobre os deveres médico-políticos*. Trad. de Domingos Lucas Dias. Lisboa : Colibri, 2011.
- DOMINGOS, Manuela D. *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do colecionador à biblioteca pública*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1998.
- FIGUEIREDO, António Pereira de. *Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incendio de Lisboa*. Lisboa : Officina de Miguel Rodrigues, 1756.
- MARTINS, José Vitorino de Pina. *Histórias de livros para a história do livro*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

MINDLIN, José. *Uma vida entre livros*. São Paulo :EDUSP, 1997.

PEREIRA, Jose Esteves. Kant e a resposta à pergunta o que são as luzes. Edição, apresentação, tradução e notas a cargo de José Esteves Pereira. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, v. 3, p.153-168, 1984.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *No leilão Ameal: 31 março a 16 abril 1924*. Lisboa : Peninsular, 1924.

SONTAG, Susan. *O amante do vulcão*. Lisboa : Quetzal, 1998.
Disponível em:<<http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/index/bibParticular.htm>>.